

Relatório da Administração

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento, "Banco de Investimento", relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O Banco de Investimento faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

Resultados

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2019 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.073.934 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 36.712 mil.

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos locais;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br.

Cultura de risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda Linha determina as políticas, supervisão e desafia as atividades e os relatórios da Primeira Linha para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;
- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudamos a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos foco em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tornamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conformidade as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17 e atualizações posteriores, o processo de gerenciamento de capital define-se como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

Controles Internos e Compliance

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atuem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, do CMN, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como as demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (*compliance*).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.983 de 09 de julho de 2012), bem como as normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Instrução CVM nº 301 de 16 de abril de 1999 e a Circular nº 3.461 de 24 de julho de 2009. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo são supervisionados pelo Executivo (Office) de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em dezembro de 2012, dentre outros acordos, o HSBC Holding plc ("HSBC Holdings") celebrou um termo de responsabilidade com o UK Financial Services Authority, o qual foi substituído por uma diretiva emitida pela UK Financial Conduct Authority ("FCA") em 2013 e atou uma ordem de cessação do Conselho do Banco Central Americano (Federal Reserve Board - "FRB"), sendo que ambos os acordos continham certas obrigações futuras relacionadas a lavagem de dinheiro e sanções. O HSBC também concordou com a manutenção de um monitor de *compliance* independente (que é, para fins do FCA, uma "pessoa qualificada" de acordo com a seção 166 do Financial Services and Markets Act e, para fins do FRB, um "consultor independente") para elaborar avaliações periódicas do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o "Monitor"). Em dezembro de 2012, o HSBC Holdings também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ("OFAC") com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC. Reflexo do progresso significativo do HSBC no fortalecimento de suas capacidades de gerenciamento do risco de crimes financeiros, o compromisso atual do HSBC com a pessoa qualificada será encerrado e uma nova pessoa qualificada com um mandato reduzido será apontada para avaliar as áreas remanescentes que demandam trabalho adicional para que o HSBC possa assim efetuar a transição completa para o gerenciamento de risco de crimes financeiros. O Monitor continuará conduzindo uma revisão anual de conformidade com a OFAC sob discricção do FRB.

Por meio das revisões anteriores do Monitor, assim como das revisões internas conduzidas pelo HSBC, potenciais questões de *compliance* foram identificadas, as quais o HSBC está revisando em maiores detalhes com o FRB, o FCA e/ou OFAC. O FinCen (Financial Crimes Enforcement Network) do Departamento do Tesouro Americano, assim como a Divisão Civil do Ministério Público do Distrito Sul de Nova Iorque estão investigando a coleta e transmissão de informações originadas por terceiros em termos de pagamentos instruídos através de sistemas de pagamentos próprios do HSBC. O FCA também está conduzindo uma investigação sobre a conformidade do HSBC Bank e HSBC UK com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro do Reino Unido. O HSBC está cooperando com todas essas investigações.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings ("Autor") propôs ação subsidiária, supostamente em nome do HSBC Holdings, HBUS, HNAH e HSBC USA Inc. ("Réus Corporativos") em face de então atuais e ex-diretores e executivos ("Réus Individuais") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os Réus Individuais violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ") celebrado em dezembro de 2012. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido dos Réus Corporativos de extinção da ação. Em novembro de 2018, a Corte de Apelações reverteu a decisão da Corte do Estado de Nova Iorque e reintroduziu a ação; adicionalmente, em março de 2019, a Corte de Apelações negou o requerimento dos Réus Corporativos para apresentar novos argumentos, ou, alternativamente, de autorização para apelar à Corte de Apelações de Nova Iorque. Em fevereiro de 2019, os Réus Corporativos e a maioria dos Réus Individuais protocolaram um pedido adicional de extinção da ação na Corte do Estado de Nova Iorque, onde a matéria continua pendente.

Em julho de 2014, uma ação foi proposta perante o Tribunal de Justiça de Ontário contra o HSBC Holdings e um ex-funcionário, supostamente em nome de um grupo de investidores em ações em oposição de HSBC e ADSs (American Depositary Shares), adto a ação em julho de 2006 e julho de 2012. O pleito, que busca indenização material de aproximadamente CA\$ 20 bilhões, alega que os réus violaram precedentes legais e a legislação ao incluírem declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária integral indireta, o HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento pelo HSBC da Lei de Sigilo Bancário (Bank Secrecy Act) ("BSA"), bem como leis relativas a lavagem de dinheiro, sanções e outras. Em setembro de 2017, o Tribunal Superior de Justiça de Ontário retirou as ações contra o HSBC Holdings e o ex-funcionário por falta de jurisdição, e suspendeu a ação de falsa declaração contra o HSBC Holdings por incompetência do fórum. Em outubro de 2017, o autor recorreu para a Corte de Apelações de Ontário, e em julho de 2018 a apelação foi retirada. Em outubro de 2018, o autor da ação pediu autorização para apelar à Suprema Corte do Canadá, e, em março de 2019, a autorização para o apel arrear foi negada. Em outubro de 2019, o Tribunal Superior de Justiça de Ontário dispensou a ação remanescente de falsa declaração contra o HSBC Holdings.

Desde novembro de 2014, ações foram propostas perante os Juízos Federais nos Estados Unidos contra várias empresas do grupo HSBC e outras em nome de autores que são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Oriente Médio ou da violência de cartéis do México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram a conduta ilegal de vários grupos sancionados, em violação à Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Em um caso, em agosto de 2019, a Corte de Apelações do Segundo Distrito confirmou o encerramento das ações dos autores, e essa matéria encontra-se encerrada. Atualmente, dez ações continuam pendentes nas Cortes de Nova Iorque ou na Corte Distrital de Columbia. Pedidos de extinção das ações foram protocolados em três desses casos e as cortes deferiram três desses casos em favor do HSBC em março, setembro e outubro de 2019. Os autores buscam alterar suas reclamações em um dos casos e apelaram das decisões em outros dois casos. O HSBC protocolou pedidos de extinção das ações em mais três casos que continuam pendentes. Os outros quatro casos remanescentes encontram-se em estágio inicial.

Em julho de 2018 uma ação foi proposta contra o HSBC Holdings na Suprema Corte da Inglaterra e País de Gales, alegando que o HSBC Holdings fez declarações inverídicas e/ou enganosas e/ou omissões em declarações públicas entre 2007 e 2012 em relação à conformidade do HSBC com o combate à lavagem de dinheiro (AML), financiamento antiterrorismo e leis e regulamentações relacionadas com sanções e com a conformidade regulatória do HSBC em geral. Em agosto de 2019, o HSBC Holdings finalizou um acordo com os autores para encerrar o caso.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas matérias, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

Investigações e litígios relacionados a câmbio

Vários reguladores ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e por outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Em janeiro de 2018, o HSBC Holdings celebrou um acordo de 3 anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com a Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o "FX DPA") em relação a conduta fraudulenta em duas transações específicas de câmbio realizadas em 2010 e 2011. Isso concluiu a investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ") sobre o histórico de atividades no mercado de câmbio. Nos termos do FX DPA, o HSBC assumiu diversas obrigações, incluindo a implementação de melhorias em seus procedimentos e controles internos no seu negócio de Global Markets, o qual estará sujeito ao envio de relatórios anuais ao DOJ. O HSBC também concordou em pagar uma penalidade financeira e restituição.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria revisou em março de 2020 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento em conformidade com a seção 166 do Financial Services and Markets Act e, para fins do FRB, um "consultor independente") para elaborar avaliações periódicas do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o "Monitor"). Em dezembro de 2012, o HSBC Holdings também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ("OFAC") com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC. Reflexo do progresso significativo do HSBC no fortalecimento de suas capacidades de gerenciamento do risco de crimes financeiros, o compromisso atual do HSBC com a pessoa qualificada será encerrado e uma nova pessoa qualificada com um mandato reduzido será apontada para avaliar as áreas remanescentes que demandam trabalho adicional para que o HSBC possa assim efetuar a transição completa para o gerenciamento de risco de crimes financeiros. O Monitor continuará conduzindo uma revisão anual de conformidade com a OFAC sob discricção do FRB.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas matérias, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

Investigações e litígios relacionados a câmbio

Vários reguladores ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e por outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Em janeiro de 2018, o HSBC Holdings celebrou um acordo de 3 anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com a Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o "FX DPA") em relação a conduta fraudulenta em duas transações específicas de câmbio realizadas em 2010 e 2011. Isso concluiu a investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ") sobre o histórico de atividades no mercado de câmbio. Nos termos do FX DPA, o HSBC assumiu diversas obrigações, incluindo a implementação de melhorias em seus procedimentos e controles internos no seu negócio de Global Markets, o qual estará sujeito ao envio de relatórios anuais ao DOJ. O HSBC também concordou em pagar uma penalidade financeira e restituição.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria revisou em março de 2020 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento em conformidade com a seção 166 do Financial Services and Markets Act e, para fins do FRB, um "consultor independente") para elaborar avaliações periódicas do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o "Monitor"). Em dezembro de 2012, o HSBC Holdings também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ("OFAC") com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC. Reflexo do progresso significativo do HSBC no fortalecimento de suas capacidades de gerenciamento do risco de crimes financeiros, o compromisso atual do HSBC com a pessoa qualificada será encerrado e uma nova pessoa qualificada com um mandato reduzido será apontada para avaliar as áreas remanescentes que demandam trabalho adicional para que o HSBC possa assim efetuar a transição completa para o gerenciamento de risco de crimes financeiros. O Monitor continuará conduzindo uma revisão anual de conformidade com a OFAC sob discricção do FRB.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas matérias, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

A Diretoria aprovou em 25 de março de 2020 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 25 de março de 2020.

A Diretoria

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS		
	Nota	2019	2018
Circulante		3.540.515	713.418
Disponibilidades		5.072	9.579
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.2.130.522	49.964
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar		2.120.234	49.964
Aplicações em depósitos interfinanceiros		10.288	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	482.610	587.628
Carteira própria		349.715	424.893
Instrumentos financeiros derivativos		99.104	162.735
Vinculados à Prestação de Garantias		33.791	-
Outros créditos - Diversos		922.078	65.844
Carteira de câmbio	6	864.780	7.519
Rendas a receber		-	145
Negociação e intermediação de valores	5	14.896	5.908
Diversos	8	42.402	52.272
Outros valores e bens - Despesas antecipadas		233	403
Bens não de uso próprio		-	276
Despesas antecipadas		233	127
Realizável a longo prazo		1.025.764	987.415
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	949.587	952.391
Carteira própria		416.377	239.515
Instrumentos financeiros derivativos		128.533	74.256
Vinculados à Prestação de Garantias		404.677	638.620
Outros créditos - Diversos	8	76.177	35.024
Permanente		43.521	26.883
Investimentos - obras de arte		10	10
Imobilizado de uso	9	13.264	12.758
Outras imobilizações de uso		21.372	18.153
(Depreciações Acumuladas)		(8.108)	(5.395)
Intangível	10	30.247	14.115
Ativos Intangíveis		31.866	14.362
(Amortizações Acumuladas)		(1.619)	(247)
Total		4.609.800	1.727.716

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de lucros		Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
	Capital social realizado	Legal				Estatutária
Saldos em 1º de janeiro de 2018	919.248	25.085	45.592	50.609	-	1.040.534
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(14.667)	-	(14.667)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.513	75.513
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	3.776	40.552	-	(44.328)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(31.185)	(31.185)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	919.248	28.861	86.144	35.942	-	1.070.195
Mutações do exercício	-	3.776	40.552	(14.667)	-	29.661
Saldos em 1º de janeiro de 2019	919.248	28.861	86.144	35.942	-	1.070.195
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.340)	-	(2.340)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.712	36.712
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	1.836	34.876	-	(36.712)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(30.633)	-	-	(30.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	919.248	30.697	90.387	33.602	-	1.073.934
Mutações do exercício	-	1.836	4.243	(2.340)	-	3.739
Saldos em 1º de julho de 2019	919.248	29.417	96.706	49.170	-	1.094.541
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(15.568)	-	(15.568)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	25.594	25.594
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	1.280	24.314	-	(25.594)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(30.633)	-	-	(30.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	919.248	30.697	90.387	33.602	-	1.073.934
Mutações do semestre	-	1.280	(6.			



Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento") é uma subsidiária da HSBC Brasil Holding S.A., autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de títulos e valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 25 de março de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco de Investimento é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, perdas no valor recuperável dos ativos intangíveis, provisões para contingências e valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco de Investimento revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Foram registradas pelos valores de aplicação ou de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data de balanço.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

I. Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e

Títulos disponíveis para venda - são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado", líquido dos efeitos tributários.

II. Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo, ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco de Investimento possui apenas derivativos mantidos para negociação.

g. Operações de crédito e outros créditos (Operações com característica de concessão de crédito)

Registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 59º dia, o registro é efetuado em juros suspensos (rendas a apropriar) e o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

h. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

i. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

Deve ser reconhecida uma perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, devem ser revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

j. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda em 2019 e à alíquota de 20% em 2018, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido. Os créditos tributários contemplam os efeitos ocasionados pela EC 103/2019 na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que foi majorada de 15% para 20%.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

k. Depósitos

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e as operações pré-fixadas retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

l. Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares

Foram registrados pelos valores de emissão, acrescidos das despesas incorridas até a data de balanço.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e CMN nº 3.484/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios de natureza fiscal, previdenciária e outros. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

n. Imobilização de uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

o. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

p. Pagamento baseado em ações

O Banco de Investimento dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019				2018	
	Até 3 meses	De 3 a 5 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
Aplicações no Mercado						
Posição bancada	2.120.234	-	-	2.120.234	49.964	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.288	-	-	10.288	-	
Total	2.130.522	--	-	2.130.522	49.964	
Circulante				2.130.522	49.964	

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos para negociação

Os títulos estão demonstrados abaixo pelos seus vencimentos remanescentes, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001.

	2019				2018	
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Resultado receita/(despesa)	Resultado receita/(despesa)
Letras do tesouro nacional	33.910	-	-	33.910	33.905	5
Notas do tesouro nacional - série F	-	-	594	594	593	1
Total	33.910	-	594	34.504	34.498	6
Circulante				34.504	-	-

b. Títulos disponíveis para a venda

	2019					2018		
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Valor de mercado	Efeito no patrimônio líquido
Letras financeiras do tesouro	3.664	-	-	3.664	3.664	-	201.047	2
Letras do tesouro nacional	345.338	183.556	61.149	590.043	575.104	14.939	718.881	17.071
Notas do tesouro nacional - série F	-	384.898	191.451	576.349	530.193	46.156	383.100	48.276
Total	349.002	568.454	252.600	1.170.056	1.108.961	61.095	1.303.028	65.349
Circulante				349.002			424.893	
Longo Prazo				821.054			878.135	
Efeitos tributários						(27.493)		(29.407)
Total						33.602		35.942

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

c. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco de Investimento participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender às necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estava apresentada como segue:

	Ativo			Passivo		
	2019	2018	2018	2019	2018	2018
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Swaps	38.409	124.487	162.896	74.205	119.931	194.136
NDF	46.335	4.046	50.381	162.786	78.641	241.427
A termo	14.360	-	14.360	-	14.359	-
Futuros (*)	14.896	-	14.896	5.908	37.854	43.752
Total	114.000	128.533	242.533	242.899	250.785	493.684

(*) Classificados em "negociação e intermediação de valores".

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na *clearing* de derivativos é composta por títulos públicos federais no montante de R\$ 409.111 (R\$ 632.843 em 2018).

	2019			2018		
	Valor a receber/pagar	Vencimento	Ajuste a valor de mercado	Valor a receber/pagar	Vencimento	Ajuste a valor de mercado
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado
Swaps						
Posição ativa						
DI	727.943	1.419	8.467	14.733	24.619	17.487
Pré	1.099.681	-	90	82.748	82.838	9.381
USD	1.571.275	1.549	26.884	27.006	55.439	69.819
Posição passiva						
DI	5.211.456	(47.829)	(67.589)	(445.753)	(560.971)	(458.594)
Pré	155.797	(3.911)	-	(34)	(3.945)	(4.453)
USD	61.777	(284)	(518)	(223)	(1.025)	(638)
NDF						
Posição ativa						
USD	521.823	16.581	24.031	4.046	44.658	45.790
EUR	51.449	490	5.233	-	5.723	3.611
Posição passiva						
USD	923.776	(32.632)	(46.009)	(12.342)	(90.983)	(73.072)
EUR	45.203	-	(12.293)	(12.293)	(8.994)	(3.299)

Contratos a termo de TVM

	2019			2018		
	Valor de referência	Vencimento	Ajuste a valor de mercado	Valor de referência	Vencimento	Ajuste a valor de mercado
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado
Swaps						
Posição ativa						
Compromisso de venda	14.360	14.360	-	-	14.360	14.360
Posição passiva						
Compromisso de venda	14.359	14.359	-	-	14.359	14.360

Futuros

	2019			2018		
	Valor de referência	Vencimento	Ajuste a valor de mercado	Valor de referência	Vencimento	Ajuste a valor de mercado
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado
Posição ativa						
DI	1.824.192	2.065	-	-	2.065	-
Compra	-	-	-	-	-	93
Venda	-	-	-	-	-	17
USD	-	-	-	-	-	-
Compra	-	590	-	-	590	3.772
Venda	1.805.678	12.241	-	-	12.241	2.026
Posição passiva						
DI	1.527.714	(31)	-	-	(31)	-
Compra	1.135.385	(1.865)	-	-	(1.865)	(995)
USD	4.400.196	(35.958)	-	-	(35.958)	(6.732)
Compra	-	-	-	-	-	-
Venda	-	-	-	-	-	(81)

Instrumentos financeiros derivativos por contraparte

	2019		2018	
	Valor de referência	Vencimento	Valor de referência	Vencimento
	Cientes	Instituições financeiras	Total	Total
Descrição				
Swaps	4.725.725	4.102.204	8.827.929	4.617.731
NDFs	1.542.251	-	1.542.251	1.960.109
Contratos a termo	-	14.360	-	14.360
Contratos de futuros (*)	-	10.693.165	10.693.165	7.364.938
Total	6.267.976	14.809.729	21.077.705	13.942.778

(*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3.

Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	2019			2018		
	Bolsa	Balcão	Total	Bolsa	Balcão	Total
Descrição						
Swaps	-	8.827.929	8.827.929	4.617.731	-	4.617.731
NDFs	-	1.542.251	1.542.251	1.960.109	-	1.960.109
Contratos a termo	-	14.360	14.360	-	-	-
Contratos de futuros	10.693.165	-	10.693.165	7.364.938	-	7.364.938
Total	10.693.165	10.384.540	21.077.705	13.942.778	-	13.942.778

6. Carteira de câmbio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
20. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2019	2018
Serviços técnicos especializados	(7.544)	(7.518)
Processamento de dados	(11.132)	(4.628)
Serviços do sistema financeiro	(4.681)	(3.180)
Aluguel do escritório	(4.346)	(2.650)
Despesa de depreciação e amortização	(4.093)	(2.167)
Impairment de ativos intangíveis	(2.221)	-
Despesas com viagens	(2.417)	(1.782)
Manutenção de hardware	(1.965)	(1.580)
Manutenção predial	(1.596)	(1.432)
Condomínio	(853)	(1.009)
Prêmio de seguros	(750)	(775)
Despesas de comunicações	(849)	(654)
Despesas com contribuições filantrópicas	(908)	(601)
Contribuições a associações e sindicatos	(668)	(553)
Promoções e relações públicas	(541)	(339)
Publicações	(182)	(214)
Material	(360)	(214)
Serviços de terceiros	(454)	(188)
Emolumentos e gastos legais	(74)	(11)
Propaganda e publicidade	(3)	(4)
Outras	(1.715)	(1.715)
Total	(47.352)	(31.214)

21. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2019	2018
Despesas de contribuição ao COFINS	(11.931)	(14.738)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(2.134)	(2.401)
Outras despesas tributárias	(2.531)	(8.357)
Total	(16.596)	(25.496)

22. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2019	2018
Outras receitas		
Variação cambial	7.557	-
Reversão de provisões operacionais	-	8.612
Atualização monetária de depósitos judiciais	390	622
Variação monetária sobre impostos	471	-
Recuperação de encargos e despesas	26	-
Comissão - carta de crédito	1.085	-
Outras	429	292
Total	9.958	9.526
Outras despesas		
Variação cambial	(7.971)	(9.872)
Outras	(167)	(221)
Total	(8.138)	(10.093)

23. Imposto de renda e contribuição social
a. Encargos devidos sobre as operações do exercício

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações dos exercícios:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	35.225	79.104
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas (*)	(14.090)	(35.597)
(Adições)/exclusões permanentes	10.960	(609)
Perdas operacionais	(891)	(288)
Contribuições e doações	(307)	(271)
Juros sobre capital próprio	12.253	-
Outras	(95)	(50)
Outros ajustes	4.617	1.430
Incentivos fiscais e adicional de Imposto de Renda	1.173	674
Créditos tributários relativos a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (*)	3.282	-
Outros	162	756
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	1.487	(34.776)

(*) O saldo dos créditos tributários contempla os efeitos ocasionados pela EC 103/2019 na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que foi majorada de 15% para 20%, totalizando R\$ 3.282.

b. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(32.684)	(21.494)
Impostos diferidos		
Constituição no exercício, sobre adições temporárias	34.171	(13.282)
Total	1.487	(34.776)

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2018	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais	1.212	(14)	1.198
Gratificações e participações no resultado	16.371	5.897	22.268
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	28.100	34.532	62.632
Provisão para honorários advocatícios	571	(20)	551
Outras	2.822	(702)	2.120
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	49.076	39.693	88.769

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda - - -

Total dos créditos tributários ativos 49.076 39.693 88.769
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(29.407)	1.914	(27.493)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(53.645)	(5.522)	(59.167)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	(83.052)	(3.608)	(86.660)

Total dos créditos tributários passivos (83.052) (3.608) (86.660)
Créditos tributários líquidos (33.976) 36.085 2.109

	Saldos em 31/12/2017	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais	2.154	(942)	1.212
Gratificações e participações no resultado	12.941	3.430	16.371
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	14.771	13.329	28.100
Provisão para honorários advocatícios	522	49	571
Outras	2.117	705	2.822
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	32.505	16.571	49.076

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda - - -

Total dos créditos tributários ativos 32.505 16.571 49.076
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(41.408)	12.001	(29.407)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(23.791)	(29.854)	(53.645)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	(65.199)	(17.853)	(83.052)

Total dos créditos tributários passivos (65.199) (17.853) (83.052)
Créditos tributários líquidos (32.694) (1.282) (33.976)
d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

Ano	2019		Total	2018 Total
	Diferenças Temporárias	Contribuição Social		
2019	-	-	-	36.211
2020	13.143	10.515	23.658	3.926
2021	14.102	11.282	25.384	1.035
2022	3.316	2.652	5.968	569
2023	11.844	9.475	21.319	1.783
2024	-	-	-	-
2025	1.230	984	2.214	-
2026	-	-	-	-
2027	5.681	4.545	10.226	5.552
Total	49.316	39.453	88.769	49.076

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 4,15% à 6,99% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 76.247 de diferenças temporárias.

A Diretoria

 Alexandre de Barros Cruz e Guião
Alexandre Maciel Thorpe

 Caio Cezar Banti
Tiago Ezao Pereira Bento

Contador

 Sergio Luiz Rose
CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento"). As principais atribuições do Comitê são:

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("PWC"). O Comitê de Auditoria cartificou-se de que a PWC atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações.

Avaliação da eficácia das auditorias
a) Auditoria interna

 A Auditoria Interna do Banco de Investimento segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispo de especialistas em determinadas operações bancárias, tais como operações de tesouraria, *asset management* e outras. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do Banco de Investimento, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da PWC é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados o desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

e. Créditos tributários não ativados

O Banco de Investimento não possuía créditos tributários não reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

24. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco de Investimento é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais.

a. Composição das provisões
Contingências fiscais: são constituídas a partir de seus valores médios ou da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2019	2018
Fiscais (Nota 8)	5.478	5.582
Total	5.478	5.582

b. Movimentação das provisões

	2019				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Utilizações	Reversões	
Fiscais	5.582	422	-	(527)	5.478
Total	5.582	422	-	(527)	5.478

	2018				Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Utilizações	Reversões	
Fiscais	8.841	221	(3.462)	(18)	5.582
Total	8.841	221	(3.462)	(18)	5.582

c. Obrigação legal

As provisões fiscais apresentadas na nota 24.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco de Investimento as quais estão apresentadas abaixo:

	2019	2018
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (*)	5.400	5.396
Total	5.400	5.396

(*) O montante de R\$ 5.400 (R\$ 5.396 em 2018) referente a ação proveniente da aquisição da operação no Brasil do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos do contrato de aquisição, essa ação está sujeita a indenização por parte dos vendedores caso a provisão contabilizada atualizada não seja suficiente para a liquidação da causa em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco de Investimento mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 40.796 (R\$ 39.916 em 2018).

25. Outras informações
a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco de Investimento mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 3.490/07 e normas posteriores.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	2019		
	Saldos em 30/06/2019	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2018
Disponibilidades	-	3.952	9.579
Aplicações interfinanceiras de liquidez	210.032	2.130.522	49.964
Total de caixa e equivalentes de caixa	213.984	2.135.594	59.543

c. Eventos subsequentes

O HSBC Brasil vem monitorando de perto a disseminação do Coronavírus. Nossa prioridade é sempre zelar pelo bem-estar de nossos clientes e colaboradores, e continuaremos a fazer todo o possível para garantir a sua segurança e suportá-los através desse período desafiador.

O cenário macroeconômico como um todo permanece incerto. Como resultado do Coronavírus, é possível que ocorram reduções nas receitas decorrentes de menores volumes de operações e também reconhecimento de perdas de crédito adicionais em 2020 devido à disrupção das cadeias de suprimentos de clientes.

Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

Efetividade de controles internos

 O Comitê se satisfaz da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no Banco de Investimento, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica pelos auditores internos, isso incluiu a Auditoria da Estrutura de Governança de Risco de HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento onde não foram identificadas deficiências significativas que possam prejudicar a integridade geral do ambiente de controle. Adicionalmente, os executivos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, *compliance*, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo Comitê.

Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554/98 e nº 3.198/04 e que o sistema de controles do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 25 de março de 2020.

Relatório dos Auditores Independentes
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não